

Cisele Ortiz e Maria Teresa Venceslau de Carvalho

Interações: ser professor de bebês – cuidar, educar e brincar uma única ação

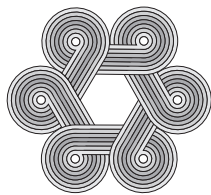
Coleção InterAções



Blucher

Coordenação:
Josca Ailine Baroukh

C O L E Ç Ã O

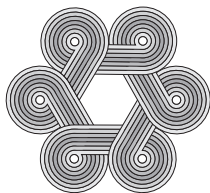


INTERAÇÕES

Interações: **ser professor de** **bebês – cuidar,** **educar e brincar,** **uma única ação**

Blucher

C O L E Ç Ã O



INTERAÇÕES

Cisele Ortiz

Maria Teresa Venceslau de Carvalho

Interações: ser professor de bebês – cuidar, educar e brincar, uma única ação

Josca Ailine Baroukh

COORDENADORA

Maria Cristina Carapeto Lavrador Alves

ORGANIZADORA

*Interações: ser professor de bebês – cuidar, educar e
brincar: uma única ação*

© 2012 Cisele Ortiz

Maria Teresa Venceslau de Carvalho

Editora Edgard Blücher Ltda.

Capa: Alba Mancini

Foto: Maria Teresa Venceslau de Carvalho

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1.245, 4º andar
04531-012 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 55 (11) 3078-5366
editora@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quais-
quer meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela
Editora Edgard Blücher Ltda.

Ficha catalográfica

Ortiz, Cisele,
Interações: ser professor de bebês: cuidar,
educar e brincar: uma única ação / Cisele
Ortiz, Maria Teresa Venceslau de Carvalho,
Josca Ailine Baroukh, coordenadora;
Maria Cristina Carapeto Lavrador Alves,
organizadora. -- São Paulo: Blucher, 2012. --
(Coleção InterAções)

Bibliografia

ISBN 978-85-212-0675-0

1. Bebês - Crescimento 2. Bebês – Cuidados
3. Bebês - Desenvolvimento 4. Educação de
crianças 5. Prática de ensino. I. Carvalho, Maria
Teresa Venceslau de. II. Baroukh, Josca Ailine.
III. Alves, Maria Cristina Carapeto Lavrador.
IV. Título. V. Série

12.04924

CDD-370.71

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação infantil : Formação de professores :
Educação 370.71

Às crianças, que sempre nos encantam.

Aos professores de bebês e todos aqueles que se empenham em tornar a educação deste país acessível e significativa aos pequenos.

Aos que, compartilhando experiências e saberes, muito nos ensinaram ao longo de nosso percurso profissional.

Nota sobre as autoras

O que nos uniu como autoras deste livro foi uma parceria estabelecida há alguns anos a partir de experiências comuns: acreditamos que só um trabalho de qualidade na Educação Infantil é capaz de promover as transformações necessárias na educação do povo Brasileiro.

A partir de nossas experiências como formadoras, em diferentes regiões do Brasil, e depois de tantos anos nessa trajetória persistimos nessa crença e os bebês continuam a nos encantar.

Cisele Ortiz é psicóloga. Atua na Educação Infantil desde 1977 e é coordenadora adjunta do Instituto Avisa Lá – formação continuada de educadores, desde 1996.

Maria Teresa Venceslau de Carvalho é psicóloga, psicanalista, mestre em Psicologia da Educação pelo IPUSP, formadora de professores e gestores de Educação Infantil na rede pública e particular de ensino desde 1995.

Agradecimentos

Às instituições que nos possibilitaram ilustrar esse livro com imagens significativas: Liga Solidária - SP, Espaço Bebê do Clube Hebraica - SP, Secretaria Municipal de Educação de Apiaí - SP.

Apresentação

Educar é interagir, é agir **com o outro**, o que acarreta necessariamente a transformação dos sujeitos envolvidos na convivência. Foi essa a ideia que elegemos para nomear a coleção InterAções. Acreditamos que ensinar e aprender são ações de um processo de mão dupla entre sujeitos, que só terá significado e valor quando alunos e professores estiverem questionando, refletindo, refazendo, ouvindo, falando, agindo, observando, acolhendo e crescendo juntos.

Com base nessa premissa convidamos autores e professores. Professores que conhecem o chão da sala de aula, que passam pelas angústias das escolhas para qualificar as aprendizagens das crianças, seus alunos. Professores que, em sua grande maioria, também são coordenadores de formação de grupos de professores, conversam com professores e, portanto, conhecem o que os aflige.

A esses autores, pedimos que estabelecessem um diálogo escrito sobre temas inquietantes em suas áreas de atuação. Temas que geram muitas dúvidas sobre o que, como e quando ensinar e avaliar. Temas recorrentes que, se abordados do ponto de vista de novos paradigmas educacionais, podem contribuir para a ação, reflexão e inovação das práticas de professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I.

Apresentamos nesta coleção situações de interação entre professores e crianças: exemplos, sugestões pedagógicas e reflexões. Pontos de partida para o professor repensar sua prática e proporcionar a seus alunos oportunidades de se sentirem e serem protagonistas de suas aprendizagens. Acreditamos que é importante o professor questionar sua rotina e construir um olhar apurado sobre as relações cotidianas. Estranhar o natural estimula a cria-

tividade, a inovação, o agir. E, assim, é possível ir além do que já se propôs no ensino desses temas até o momento.

Nosso intuito é compartilhar as descobertas geradas pelo movimento de pesquisa, reflexão e organização do conhecimento na escrita dos autores. E proporcionar ao professor leitor a experiência de um “olhar estrangeiro”, de viajante que se deslumbra com tudo e que guarda em sua memória os momentos marcantes, que passam a fazer parte dele. Queremos animar em nosso leitor a escuta atenta e estimular suas competências técnicas, estéticas, éticas e políticas, como tão bem explica Terezinha Azeredo Rios.

Em meio às dificuldades de ser professor na contemporaneidade, os profissionais da educação persistem na criação de planejamentos e ações que promovam as aprendizagens de seus alunos. Aos desafios, eles apresentam opções e são criativos. É para esses profissionais, professores brasileiros, e para seus alunos, que dedicamos nossa coleção.

Boa leitura!

Josca Ailine Baroukh

Sumário

1	O espaço do bebê hoje	15
	Iniciando a conversa	15
	Um pouco de história.....	19
	Continuamos a construir a nossa própria história	24
	Referências bibliográficas.....	27
2	As primeiras relações – uma questão crucial para o bebê	29
	O bebê enquanto sujeito: uma visão de várias dimensões	32
	Referências bibliográficas.....	43
3	A importância do acolhimento ao iniciar a vida fora de casa	45
	Referências bibliográficas.....	59

4	Organização dos ambientes para os bebês – o olhar atento	61
	De onde partimos	61
	O que é um lugar para bebês?	64
	Oportunidades para contato pessoal e privacidade....	68
	Decoração – o que diz?	69
	Integração com os cuidados e com a saúde	74
	Um quintal	76
	Referências bibliográficas.....	78
5	Rotina de cada criança, de grupo, de creche – possibilidades de conciliação	79
	A vida como ela é.....	79
	A vida como pode ser	82
	Por que é tão difícil proporcionar um bom atendimento para os pequenos?.....	86
	Representação da infância e de suas famílias.....	86
	Como fazer para construir uma proposta educativa adequada à faixa etária? O que os educadores precisam saber sobre as crianças pequenas?.....	89
	O que os educadores precisam fazer.....	93
	Referências bibliográficas.....	100
6	E os bebês... brincam!.....	103
	O brincar e o corpo em construção.....	107
	Brincadeiras primordiais	108
	O brincar e o vínculo com a cultura.....	112

O brincar e os objetos.....	117
Brincar com materiais artísticos	126
O brincar e o movimento	132
O brincar e a música.....	137
Referências bibliográficas.....	146
7 E os bebês... falam! A comunicação oral como construtora do pensamento, da interação com o outro e com a cultura	149
Para além do falar.....	162
Ler para o bebê como forma de ampliar o universo interativo e simbólico	167
Referências bibliográficas.....	170
8 Acompanhando as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças	173
Pautas de observação: como construir um olhar específico para o bebê?	173
Avaliação formativa.....	179
INDIQUINHO – Indicadores de Qualidade da Educação Infantil	181
IRDI – Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil	184
O modelo <i>Touchpoints</i>	187
As aprendizagens específicas	190
Referências bibliográficas.....	194

9	Sugestões aos professores	197
	Artes visuais e seus materiais	197
	Riscantes	198
	Suportes	201
	Modelagem	202
	Colagem	203
	Recorte	204
	Música	205
	Materiais diversos para brincar/movimento	208
	Hora da história!	210
	Filmes para refletir sobre educação	212
	Para pesquisar e estudar	216
	Documentos oficiais sobre Educação Infantil	218
	Revistas	218
	Blogs	219
	Sites informativos	219

1 O espaço do bebê hoje

Iniciando a conversa

Em relação à história das instituições de educação, o lugar específico para bebês ainda está, como eles, engatinhando, principalmente em nosso país onde não há uma cultura totalmente estabelecida sobre essa prática, onde ainda é polêmica a questão: “*Bebês podem ir às creches?*”. Ainda assim, o espaço do bebê em instituições de educação já tem um caminho percorrido com algumas histórias para contar e outras a serem construídas a partir de muita experiência e transformações nas políticas públicas.

Embora hoje em nossa sociedade o acesso à escola de educação infantil seja lei desde 1988, conforme preconiza nossa constituição e a LDB, de 1996, em dados de 2011, apenas 18% das crianças brasileiras frequentam creches e cerca de 80% das crianças de 4 a 5 anos frequentam pré-escolas. Entre as crianças que frequentam as creches (0 a 3 anos), as de até um ano de vida, praticamente não são atendidas. Começamos efetivamente a atender as crianças a partir de 1 ano de idade.

Muitas podem ser as razões para este descompasso. A primeira é a falta de vagas; a fila de espera é longa, pois os governos ainda não dão a devida importância a esta faixa etária, não resultando em uma cultura estabelecida. A segunda é que quanto menor a criança, maior seu custo, pois exige um espaço com metragem maior, dentro dos ambientes educativos, com lugares preserva-

dos para sono, alimentação e brincadeiras, entre outras coisas. A terceira é que a proporção de educadores por crianças também deve ser maior, pois os bebês são extremamente dependentes dos adultos. Esta proporção pode variar conforme especificações legislativas locais, mas em geral é de 7 bebês de até 1 ano para cada educador, enquanto que para as crianças de 4 anos a razão chega a ser de 25 para 1; portanto atender as crianças pequenas tem custo elevado em relação a salários.

Outra razão, não menos importante, para o pouco atendimento de bebês é a própria opção das mães que estão vivendo um momento de aprendizado, principalmente quando se trata do primeiro filho. Elas têm receio e se sentem inseguras em deixar sua criança num grupo com desconhecidos, preferindo, quando possível, compartilhar o cuidado do bebê com a avó, a tia, ou, ainda, pagar uma pessoa para que fique com a criança em casa. Os pais têm receio do que dizem familiares, pediatras, vizinhos: “a criança que sai de casa muito cedo convive com muitas crianças e adocece mais”; *“tem muita criança para as educadoras olharem, então não dá para cuidar direito, tem sujeira e acidente”*.

Decidir não colocar seu filho antes de um ano na creche é uma possibilidade, mas nem sempre isso ocorre por opção. Acreditamos que de modo geral a sociedade ainda transmite a mensagem de que é com a mãe que a criança pequena deve ficar, é ela a principal responsável pelo cuidado e atenção das crianças nas famílias. Há mães que se sentem muito culpadas em deixar a criança na creche, como se de fato a estivesse abandonando; outras entendem a ida à creche como atestado de que não são capazes de cuidar de seus filhos. E há também aquelas que lutam para que seu filho comece a frequentar cedo a creche, por acreditar que *“bebê de creche é bebê esperto”*.

É sabido que a família é o primeiro contexto de educação da criança pequena. É no seio da família que os primeiros significados são mediados e as primeiras experiências afetivas são vivenciadas. É esperado que a criança construa fortes vínculos com sua mãe, pai, avós, tios e outros familiares, portanto é de se esperar que as mães possam ter sentimentos ambíguos e ansiedades ao pensar em deixar sua criança na creche.

Algumas mulheres podem levar em consideração outros cuidados alternativos para com a criança além da creche; elas podem pensar num familiar que as auxilie, numa empregada ou babá, numa creche domiciliar, que, apesar de ilegal, ainda existe nos grandes centros urbanos, ou podem simplesmente tomar a decisão de cuidar elas próprias, assumindo a maternagem como uma necessidade para si e sua criança.



Indo para a creche

Fonte: CEI São Cesário/Liga Solidária - SP

Ao decidir por uma ou outra forma de ajuda para o cuidado e para a educação das crianças pequenas, as famílias precisam ponderar muitos detalhes. Segundo Rapoport, A. e Piccinini, C.A., a tomada de decisão é um momento difícil. Primeiro porque depende muito da situação econômica da família, se ela tem dinheiro ou não para pagar uma creche privada, que costuma ser um serviço caro; se o trabalho compensa do ponto de vista financeiro, e o que representa o trabalho fora de casa para a mulher; se o local onde a mãe trabalha tem creche ou se este a subsidia de alguma forma.

Segundo, no caso da mãe que trabalha fora, quem seria o cuidador familiar? Um irmão mais velho, correndo riscos de segurança? Ou outros adultos como tios ou avós, alguém que não trabalhe, condição muito difícil de ser encontrada nos centros urbanos nos dias atuais.

Em terceiro lugar, estão as ideias que os pais fazem do que poderia ser a vida da criança numa creche, quais as concepções e práticas educacionais que eles têm e que imaginam que a creche tenha. O nível de escolaridade dos pais influencia tanto em sua capacidade financeira quanto na compreensão sobre o que seja uma escola para crianças pequenas e a importância da educação para o desenvolvimento infantil.

Por fim, a idade da criança, pois é mais fácil tomar decisões quando as crianças são maiores de 3 anos, portanto mais autônomas e com mais competências comunicativas.

Muitas famílias consideram as creches pouco confiáveis, manifestam preconceitos ou imaginam situações-limite de estresse para a criança que vai conviver com muitas crianças, que não terá momentos individualizados e que poderá vir a conviver com pessoas que têm valores diferentes dos seus. Do outro lado, muitas creches também manifestam preconceitos em relações as famílias, pois se apegam a conceitos estereotipados do que é uma “boa família” e deixam de olhar para as mudanças estruturais que vem ocorrendo nesta instituição. É comum ouvirmos professores que enfrentam dificuldades em lidar com algumas crianças culparem a família alegando que esta é “desestruturada”. Entendemos que há diferentes formas de uma família se estruturar, entre elas, aquelas em que a

mãe é a provedora e centraliza o sustento e a educação de todos os filhos, não necessariamente provenientes de um único casamento. Não é o formato ou tamanho da família e sim a qualidade das relações que se estabelecem dentro dela que determinam boas ou más condições de desenvolvimento para a criança.

São sentimentos e formas de pensar, principalmente em relação às creches que não surgiram à toa, vêm, entre outras coisas, do próprio histórico de atendimento às crianças pequenas.

Um pouco de história

Creches e pré-escolas tiveram origens completamente diferentes. Enquanto as pré-escolas já nasceram no bojo da educação, a partir das ideias de Froebel, na Alemanha, em 1860, as creches nasceram da iniciativa privada, tanto na Europa como no Brasil. Da iniciativa de mães trabalhadoras, igrejas, senhoras da alta sociedade, sindicatos, sem apoio governamental, como forma de atender aos mais pobres. Seu caráter era absolutamente assistencial e filantrópico e o objetivo explícito era a guarda da criança. As creches surgiram como uma demanda do próprio capitalismo, como forma de preservar a criança filha de famílias trabalhadoras, com necessidade de organização social frente à expansão dos centros urbanos e a necessidade da mãe trabalhadora.

Jardim da Infância

O educador Friedrich Froebel (Alemanha; 1782-1852), disseminou a ideia do Jardim da Infância, ambiente educacional que valorizava a infância como a fase mais importante na formação humana. Considerava as brincadeiras como aprendizagem, forma de representação e possibilidade de compreender o mundo. ■

Ao mesmo tempo em que surgiu para atender à necessidade da mulher operária – uma vez que ela não tinha esta alternativa quanto à guarda de seus filhos – implicitamente carregava a concepção de incompetência familiar, considerando as mães, principalmente, como incapazes de educar seus filhos e de prover-lhes as necessidades básicas. Desta forma, o atendimento em creches caracterizou-se como uma relação de “favor” entre as creches e as famílias.

A creche sempre se caracterizou como uma instituição emergencial, improvisada e um *mal necessário*. Essa concepção era traduzida por um atendimento extremamente empobrecido, de má qualidade, poucos recursos e quadros profissionais sem formação específica, composto, muitas vezes, por voluntários, além, evidentemente, de ausência de legislação específica e de normas básicas de atendimento.

Na década de 1950, coincidindo com o período pós-guerra, no qual era esperado que as mulheres voltassem para casa e cedessem seu lugar para os homens no mercado de trabalho, a psicologia surge fortemente e desenvolve teorias importantes e fundamentais para a compreensão do desenvolvimento infantil saudável. Tais teorias reforçam a ideia de que, para que a criança tivesse um bom desenvolvimento, era necessário que as mães ficassem com seus filhos em casa.

Para Bowlby, psicanalista estudioso da relação dos bebês com os adultos, é fundamental levar em consideração que uma criança precisa ter uma forte relação com pelo menos um cuidador primário para que seu desenvolvimento social e emocional possa ocorrer normalmente. Este autor demonstrou que é uma necessidade básica da criança buscar a proximidade e o contato com alguém específico. As crianças demonstram isso com um comportamento de apego, ou seja, “qualquer forma de comportamento que resulta numa pessoa alcançar e manter proximidade com algum outro indivíduo considerado mais apto para lidar com o mundo” (BOWLBY J. 1989). Chorar, buscar o contato visual, agarrar-se, aconchegar-se, sorrir são algumas das formas da externalização do comportamento de apego. Com isso, a pessoa desenvolve uma base segura a partir da qual pode explorar o mundo.

Spitz, psicanalista que estudou os efeitos de privação materna, em 1945, afirmou que o desenvolvimento infantil fica comprometido e desequilibrado se as crianças vivenciarem condições desfavoráveis (cuidados massificados ou apenas técnicos, por exemplo) durante o primeiro ano de vida e, se isso ocorre, produz um dano psicossomático que não pode ser reparado. Por outro lado, em circunstâncias favoráveis a criança alcança um desenvolvimento infantil saudável. A marca fundamental para que as condições sejam favoráveis é o vínculo com o cuidador, uma ligação que deve ser estabelecida de forma atenciosa e afetiva.

Enquanto esteve vinculada à ideia de “falta” de cuidados da família, a creche se apoiou em modelos de funcionamento de acordo com as concepções de família e maternidade propostas pelos especialistas de diferentes áreas – medicina, serviço social, psicologia, os quais prescreviam as atividades a serem realizadas com as crianças, a organização do tempo, dos ambientes, dos materiais e das interações entre as crianças.

Esta concepção higienista, vigente no início do século XX, preconizava que os cuidados deveriam ser realizados por enfermeiras e outros profissionais da área da saúde. Na década de 1940, as pajens os substituem, pois a ênfase passa a ser na ideia de substituto materno. Preocupação com alimentação, higiene, prevenção de doenças e proteção eram os focos desses atendimentos.

Na década de 1960, com a perspectiva da expansão econômica, as creches ganharam a dimensão preventiva de evitar “trans-tornos futuros”, acelerar o desenvolvimento infantil e compensar a privação cultural que essas crianças passavam por fazerem parte de famílias de baixa renda. Novamente a creche mexe em seu modo de operar e busca na pedagogia suas novas referências.

Como não havia ainda um saber específico voltado para a primeira infância, a ideia de “prontidão” para a alfabetização era a tônica desses novos tempos, a Educação Infantil “importou” jeitos de fazer relacionados a outras áreas de conhecimento e experiências já sistematizadas com crianças portadoras de deficiências, como se todas as crianças das creches e pré-escolas tivessem deficiências ou carências a serem revertidas para que fossem preparadas para o nível de ensino seguinte. Surgem as

atividades pedagógicas e os trabalhos de coordenação motora. No entanto, pela primeira vez a criança é considerada em sua especificidade. Foram adotadas novas formas de organização do espaço e do tempo e a brincadeira começa a aparecer na creche.

Só mesmo na década de 1970, no Brasil, em especial nas capitais, a rede de creches sofreu uma expansão liderada pelo poder público que – pressionado por movimentos feministas reivindicatórios chamados de “movimento de luta por creches” e pela atuação das camadas operárias – promoveu uma grande expansão da rede de atendimento de baixo custo, ficando as creches diretamente subordinadas às Secretarias do Bem-Estar Social ou aos gabinetes dos prefeitos, ou ainda atreladas às atividades das primeiras damas.

Como exemplo, podemos citar o caso de São Paulo quando, entre 1979 e 1983, foram construídas 120 creches, sem corresponder necessariamente a um bom atendimento.

Segundo Fulvia Rosemberg (2002):

“A expansão da Ensino Infantil constitui uma via para combater a pobreza (especialmente desnutrição) no mundo subdesenvolvido e melhorar o desempenho do Ensino Fundamental, portanto, sua cobertura deve crescer;

- os países pobres não dispõem de recursos públicos para expandir, simultaneamente, o Ensino Fundamental (prioridade número um) e o Ensino Infantil de forma que para expandir o Ensino Infantil nos países subdesenvolvidos é por meio de modelos que minimizem investimentos públicos, dada a prioridade de universalização do Ensino Fundamental;
- para reduzir os investimentos públicos, os programas devem se apoiar nos recursos da comunidade, criando programas denominados “não formais”, “alternativos”, “não institucionais”, isto é, espaços, materiais, equipamentos e recursos humanos disponíveis na “comunidade”, mesmo quando não tenham sido concebidos ou preparados para essa faixa etária e para seus objetivos. Este modelo redundou numa sinergia perversa entre espaço inadequado, precariedade de material

pedagógico e ausência de qualificação profissional do educador, resultando em ambientes educacionais pouco favoráveis ao enriquecimento das experiências infantis. Quando tal modelo de Educação Infantil de massa atingiu o Brasil, o atendimento ainda era muito reduzido e concentrava-se no setor privado.”

A partir da década de 1980, como consequência à pressão popular e aos movimentos organizados, principalmente do movimento social, da comunidade acadêmica, e dos profissionais que atuam nos programas de Educação Infantil, houve mudanças nas políticas destinadas à infância, resultando em grandes marcos legais. Dentre eles destacam-se a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), que reconhecem como dever do Estado o atendimento de crianças de 0 a 6 anos em instituições educativas – creches e pré-escolas. Além desses documentos, as crianças tiveram seus direitos reconhecidos também no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

São documentos considerados como marcos legais porque buscam garantir o direito ao atendimento às crianças em creches e pré-escolas, assim como permitem vislumbrar, sem definir ainda, a ideia de atendimento com qualidade, modificando a concepção assistencialista e compensatória vigente até o momento. A expansão do atendimento às crianças em creches e pré-escolas nas décadas de 1970 e 1980 acabou gerando no país um modelo de atendimento pobre para a pobreza, uma educação de baixa qualidade, no sentido de nada oferecer para as crianças que de fato pudesse ser significativo para seu desenvolvimento e aprendizagem.

Conforme nos ajuda a refletir Maria Malta Campos¹:

“Assim, quando a atual Constituição e depois a nova LDB foram votadas, a oferta de Educação Infantil já era significativa, porém organizada de forma caótica, com diversos

¹ *Rescrevendo a Educação – Educação Infantil.*

órgãos oficiais atuando paralelamente, com preocupações predominantemente assistenciais, de forma descontínua no tempo e levando a percursos escolares distintos para crianças de diferentes grupos sociais, sendo as creches geralmente voltadas para as famílias mais pobres, administradas por entidades filantrópicas ou comunitárias conveniadas com diversos órgãos públicos, as crianças ali permanecendo até o ingresso no ensino primário, muitas vezes em condições precárias e sem nenhuma programação pedagógica”.

Continuamos a construir a nossa própria história

Não podemos, no entanto, desvincular a discussão entre forma e conteúdo, pois atendimento de baixo custo visando à ampliação imediata de atendimento, acarretará má qualidade.

Sem dinheiro não há salário digno, “*bola e bolo*”² como bem sabem pedir as crianças.

Apesar de todo o esforço concentrado que vêm fazendo o MEC, as Secretarias de Educação e os gestores da Educação Infantil, o caminho para que as instituições sejam espaços educativos, com profissionais formados e propostas pedagógicas próprias, ainda está sendo trilhado.

A formação é uma questão sensível. Por um lado a exigência proposta pela LDB de que todos os profissionais da Educação Infantil tenham curso superior é um grande benefício tanto para as crianças que são atendidas nas instituições como para os profissionais que as atendem inclusive para o próprio país, que aumenta seu nível cultural e social.

No entanto, não temos ainda cursos superiores em universidades públicas que atendam a toda a demanda por formação inicial para os profissionais que atuam na Educação Infantil. Também o baixo salário dos professores não lhes permite realizar seus es-

² Consulta sobre qualidade da Educação infantil – relatório técnico final. Disponível em http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/textos_fcc/arquivos/1337/arquivoAnexado.pdf.

tudos em instituições de qualidade, de forma que criamos uma profissão, a de professor de Educação Infantil, que não tem formação inicial disponível, ainda mais porque os cursos de Pedagogia, que os habilita, em sua maioria não atendem às especificidades da faixa etária de 0 a 3. Com o fim do Magistério e do Curso Normal Superior, não temos instituições superiores que formam professores para assumirem a Educação Infantil.

Por outro lado, é direito dos professores, e isto está garantido na LDB, que haja formação em serviço.

O que diz a Lei

Art. 87

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem:

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância. ■

O problema que se coloca é que esta capacitação deveria ser oferecida pelas próprias Secretarias Municipais da Educação, que, no caso da Educação Infantil, dispõem de poucos técnicos que, na maioria das vezes, têm as mesmas dificuldades relacionadas à formação inicial dos professores.

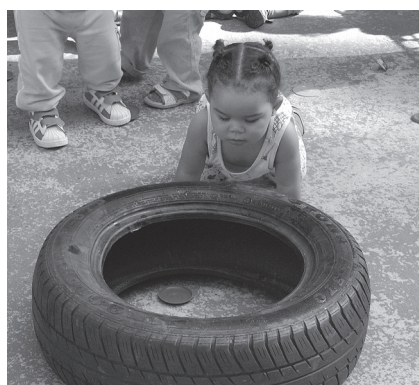
Há poucas experiências sistematizadas de formação de professores de crianças de 0 a 3 anos, embora reconheçamos o esforço de muitos municípios em atender a esta demanda, e do apoio do MEC ao oferecer subsídios e diretrizes para que estes programas de capacitação se tornem uma realidade.

Por isso, defendemos que haja a formação inicial dos trabalhadores em educação, especialmente dos professores que atendem as crianças de 0 a 6 anos, nas especificidades da Educação Infan-

til; que o direito à formação continuada de qualidade e permanente seja garantido e aconteça no bojo das instituições.

Se vislumbrarmos o acesso à Educação Infantil como direito a ser assegurado pela educação pública a todas as famílias que assim o desejarem, esta meta precisa ser clara e equalizada de forma aberta, pois garantir acesso com qualidade é compromisso de todos os brasileiros com nossas crianças. Ao escrever este livro, nossa ideia é justamente auxiliar os professores nesta conquista. Que o livro possa ajudar a Educação Infantil, por meio das práticas de seus professores, e colocá-la como foco de investimento financeiro e de formação, que se perceba que é nela que as crianças podem ter seu direito à educação assegurado dignamente, que a Educação Infantil é uma alternativa ao desenvolvimento seguro e saudável das crianças e uma necessidade básica a ser atendida.

Enfim, o bebê pode ir à creche e esta pode ser uma boa opção!



Fonte: CEI São Cesário/Liga Solidária - SP

Referências bibliográficas

BOWLBY J. *As origens do apego*. In: **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CAMPOS, Maria Malta. **Consulta sobre qualidade da Educação infantil – relatório técnico final**. São Paulo: FCC/DPE, 2006.

CAMPOS, Maria M. *Educação Infantil*. In: **Reescrevendo a educação: propostas para um Brasil melhor**. São Paulo, Ação Educativa. Disponível em <www.acaoeducativa.org.br>. Acesso em 13 jun. 2006.

CARVALHO, Silvia M. Pereira de. **Diretrizes de educação infantil em um órgão de assistência**. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1995.

HADDAD, L. **A creche em busca de sua identidade: perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo**. 332p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1989.

KUIMANN Jr., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. Fundação Carlos Chagas, São Paulo. **Revista Brasileira de Educação 5**. Disponível em <http://www.anped.org.br/rbe/rbe-digital/RBDE14/RBDE14_03_MOYSES_KUHLMANN_JR.pdf> Acesso em 10 jun 2011.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Brasília/Distrito Federal. **Por uma Política de Formação Profissional de Educação Infantil**. Textos das palestras proferidas no encontro técnico de formação do professor de educação infantil, realizado no Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, em Belo Horizonte, abril, 1994.

RAPOPORT, Andrea & PICCININI, Cesar Augusto. **O Ingresso e Adaptação de Bebês e Crianças Pequenas à Creche: Alguns Aspectos Críticos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2001, 14(1), pp. 81-95.

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações Multilaterais, estado e Políticas de Educação Infantil. *In* **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, Pontifícia Universidade Católica, n. 115, março/2002. ■